

Ellen Meiksins WOOD *O Império do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Eduardo Barros Mariutti*

A editora Boitempo recentemente publicou a tradução de *Empire of Capital*, de Ellen Meiksins Wood. A edição original do livro foi publicada em 2003 pela editora Verso (Londres) na iminência do ataque estadunidense ao Iraque, um momento bastante oportuno para esta temática. O livro foi reeditado em 2005, praticamente sem mudanças significativas. A cuidadosa tradução de Paulo Cezar Castanheira para o português baseia-se na edição de 2005, mas apresenta algumas pequenas diferenças. A mais significativa é a inclusão de um interessante capítulo suplementar, intitulado “Resposta aos Críticos”¹, onde a autora responde as principais críticas e comentários feitos ao livro em um simpósio realizado em 2007. A edição da Boitempo não incluiu os dois prefácios da edição original, mas incluiu um prefácio exclusivo para a edição brasileira que, entretanto, não passa de uma ligeira reformulação do prefácio de 2005.

Nesta resenha, analisarei *O Império do Capital* à luz do conjunto da obra de Ellen Wood. Apesar de ampla variedade temática, sua produção intelectual parte de um prisma unificador: a *transição* do feudalismo ao capitalismo.² É a esta luz que

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

¹ A tradução de “A Reply to Critics” (*Historical Materialism*, Vol. 15 no. 3 (2007) é de autoria de Baby Siqueira Abrão.

² Cf. *The Origin of Capitalism: a longer view* Londres: Verso, 2002 (ed. Original: Monthly Review Press, 1999); *A Trumpet of Sedition: Political Theory and the Rise of Capitalism, 1509–1688* Londres & Nova York: Pluto & New York University Press, 1997 (com Neal Wood); “The Agrarian Origins of Capitalism”, *Monthly Review*, 50, 3 (1998) p. 14–31. Tenho algumas reservas com relação à interpretação dela sobre a transição, mas este não é o momento mais apropriado para desenvolver esse tema, mas uma observação geral se impõe. Quem tem familiaridade com essa bibliografia deve ter percebido que sua visão é de terceira mão: o horizonte geral fica dentro dos marcos estabelecidos originalmente por Perry Anderson. Robert Brenner, um de seus mais célebres epígonos, de forma mais empobrecida, sistematizou a discussão, recorrendo à uma tipologia das relações sociais de propriedade supostamente em disputa na era moderna, onde domina a contraposição entre a França e a Inglaterra tendo o “capitalismo comercial” holandês como contraste. É a partir daí – sem questionar ou tentar ultrapassar esses marcos - que Ellen Wood adentra na discussão, justapondo ao modelo desenhado por Brenner outras temáticas. Mas, apesar das eventuais limitações, o enfoque a partir da transição é fundamental para evitar a

ela tenta articular temas tão variados como, por exemplo, a polêmica sobre a noção de liberdade na Grécia³, o pós-modernismo⁴, as relações entre capitalismo e democracia⁵ e o imperialismo capitalista. O segundo grande referencial de sua obra que, com bastante dificuldade, ela tenta harmonizar com o primeiro, é a questão do socialismo, isto é, a luta pela superação do capitalismo.

Tendo este quadro mais geral em vista, estruturei a resenha da seguinte forma. Apresentarei inicialmente o argumento básico de *O Império do Capital*. Na sequência, irei decompor o argumento em seus elementos constitutivos. Feito isso, examinarei a sua posição sobre as características gerais do imperialismo estadunidense. Após esta síntese geral, passarei aos comentários, onde exporei algumas críticas e tentarei situar a autora no quadro das reflexões teóricas sobre o imperialismo.

Argumento geral

Ao separar a economia das demais dimensões da realidade, o capitalismo criou não somente uma nova forma de exploração – diretamente econômica e indiretamente “política” – do trabalho, mas também, uma forma *peculiar* de rivalidade interestatal, a qual decorre do *descolamento* entre o escopo limitado do poder extraeconômico dos Estados Territoriais e o alcance mais vasto do capital. No entanto, o “capital global” só pode se manter por intermédio de uma ordem social internacional *rigidamente regulada* por uma potência capitalista que usa o seu poder militar e demais formas extraeconômicas de coerção de forma indireta, optando preferencialmente por *manipular* os mecanismos econômicos do capitalismo, *prioritariamente* de acordo com seus interesses, contendo as “ameaças” (sistemas sociais alternativos, Estados potencialmente contra-hegemônicos, etc.), mas sem

naturalização do capitalismo e, essencialmente, para explicitar a possibilidade de transcendê-lo.

³ Cf. *Class Ideology and Ancient Political Theory: Socrates, Plato, and Aristotle in Social Context*, Nova York: Oxford University Press, 1972 (Com Neal Wood); *Peasant-Citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy*. Londres, Verso, 1988.

⁴ “Modernity, Postmodernity, or Capitalism?” *Monthly Review* 48, 3 (1996) p. 21–39; “What Is the “Postmodern” Agenda?”, in J. Bellamy FOSTER & Ellen WOOD (orgs.) *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda* Nova York: Monthly Review Press, 1997

⁵ *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003 (Edição Original: Cambridge U. Press, 1995).

contrariar frontalmente os Estados “capitalistas” poderosos. O imperialismo capitalista, portanto, é uma forma *opaca* de dominação, derivada da diferenciação da esfera econômica, mas que depende ainda do poder extra-econômico, porém, em uma forma política peculiar: “não um Estado Global, mas um sistema global de Estados múltiplos.”

A diferenciação da economia

O pilar fundamental do seu argumento repousa na ideia de que o capitalismo baseia-se na *autonomização da esfera econômica*.⁶ Isto é, em sua formação, ao “desenraizar” a economia das demais dimensões da realidade social, o modo de produção capitalista gestou uma *forma específica* de articulação entre o domínio da “política” e o da economia.

“A diferenciação da esfera econômica no capitalismo pode, portanto, ser assim resumida: as funções sociais da produção e distribuição, extração e apropriação de excedentes, e a alocação do trabalho social são, de certa forma, privatizadas e obtidas por meios não-autoritários e não-políticos. Em outras palavras, a alocação social de recursos e de trabalho não ocorre por comando político, por determinação comunitária, por hereditariedade, costumes nem por obrigação religiosa, mas pelos mecanismos do intercâmbio de mercadorias. Os poderes de apropriação de mais-valia e de exploração não se baseiam diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim numa relação contratual entre produtores livres – juridicamente livres e livres dos meios de produção – e um apropriador que tem a propriedade privada absoluta.”⁷

Essa diferenciação representa, *em parte*, uma separação entre o “momento” da coerção e o “momento” da apropriação, mas que se *integram* na reprodução da sociedade capitalista. A separação entre os meios de produção e o trabalho – que *pressupõe* a eficácia das formas jurídicas, ideológicas e dos demais aparelhos de repressão – geram a coação imediata sobre o trabalhador e, simultaneamente, *mistificam* essa expropriação, tornando *opaca* a relação de classe entre o capital e o

⁶ “Existe mesmo um sentido em que somente o capitalismo tem uma esfera ‘econômica’. Isso se dá porque o poder econômico é separado do poder político ou da força militar e porque somente no capitalismo o ‘mercado’ tem uma força própria, que impõe a todos, capitalistas e trabalhadores, certos requisitos sistêmicos impessoais de concorrência, acumulação e maximização de lucros.” *Império do Capital* p. 22.

⁷ *Democracia contra Capitalismo* op. cit. p. 35. Em *O Império do Capital*, ver p. 21-4

trabalho. Essa separação é fundamental, na exata medida em que ela possibilita compreender o modo como o *desenraizamento* da economia gesta uma sociedade de mercado que, ao se consolidar, dissolve ou subordina as demais formas de sociabilidade à sua lógica. Além disso, torna-se possível compreender com mais clareza o modo como o capitalismo redefine as formas de coerção pretéritas, a serviço da mercadorização do homem e da natureza. Isso tem um claro impacto na caracterização do *imperialismo capitalista*.

A gestação do imperialismo capitalista

Ao contrário das demais formas de imperialismo, a base do imperialismo capitalista é diretamente *econômica*.⁸ Porém, a preservação do fluxo de riqueza dos países mais fracos para os mais poderosos exige a recriação de formas de coerção extraeconômicas, exercidas predominantemente pela potência imperialista. Assim, por basear-se pela mediação do mercado, tal como a exploração do trabalho pelo capital, o imperialismo capitalista é uma forma de exploração *opaca* que precisa ser *decifrada* para ser combatida. Esse parece ser um dos propósitos principais do livro. O ponto de partida é sempre o mesmo: a ideia de que o *descolamento* do poder econômico das demais formas de coerção é a singularidade do capitalismo. Tendo isso em mente, para poder decifrar as características e a dinâmica imperialismo contemporâneo, a autora *compara* o imperialismo capitalista – em particular, a sua forma mais desenvolvida, isso é, o imperialismo estadunidense – com *algumas* variantes não-capitalistas.

No capítulo 2, mediante um contraste com a China (um exemplo paradigmático de “império burocrático e centralizado”⁹), a autora aproxima o

⁸ “O que torna a dominação de classe, ou o imperialismo, especificamente capitalista é a predominância da coerção econômica, que se distingue da coerção ‘extraeconômica’ – política, militar ou judicial – direta.” *O Império do Capital* p. 17.

⁹ Cf. p. 33-4. Na realidade, a China é usada pela autora como contraponto porque, em seu entender, pelo seu *burocratismo*, ao colocar os cargos públicos no centro das pretensões sociais, tendia a *bloquear* o desenvolvimento da propriedade privada, especialmente no campo. Aqui aparece pela primeira vez um traço – a meu ver bastante limitador, como tentarei demonstrar posteriormente - de sua argumentação: no fundo, influenciada por Robert Brenner, a autora organiza o seu raciocínio mediante uma espécie de tipologia das formas de propriedade. Isso fica explícito em uma passagem crucial: “Na China, mesmo durante a última dinastia imperial, quando a propriedade privada já estava bem

imperialismo romano do espanhol, definindo-os como um tipo de *império da propriedade*, isto é, fundado na *colonização* de terras derivada do poderio militar. Os exemplos deste tipo de imperialismo: Roma e a Espanha Imperial! Esse é um dos aspectos mais exóticos do livro, pois as semelhanças – expansionismo territorial com base no escravismo – são *muito* menos importantes do que as diferenças entre os dois impérios. Porém, como a sua referência real é *sempre* o imperialismo capitalista, esta abordagem não é totalmente despropositada. No capítulo 3 ela descreve um outro tipo de império, o *império do comércio*, cujos exemplos seriam os Impérios Árabe Muçulmano, o veneziano e o holandês. A grande peculiaridade desta forma de império é expressa no seu objetivo central: o domínio do comércio internacional, mas com base na coerção extraeconômica: a conquista territorial, a extração violenta de recursos, as guerras e a pirataria, por exemplo, seriam recursos e procedimentos subordinados à luta pela supremacia no comércio internacional.

Já neste mesmo capítulo começa a ficar mais clara a base do seu raciocínio.

A seguinte passagem é bastante reveladora:

“Entre o Império Espanhol e o imperialismo econômico ‘globalizado’ de hoje, os imperativos da economia passaram por uma longa história de desenvolvimento, primeiro na Inglaterra e depois em todo o mundo. Nesse meio tempo, mesmo o tipo mais avançado de economia industrial não tornou impossíveis as formas diretas de exploração colonial extraeconômica, como a notoriamente brutal colonização do Congo no século XX pelo rei Leopoldo II da Bélgica. Numa época em que a economia belga era uma das mais industrializadas do mundo, Leopoldo apropriou o território como um

avançada”[?]”e o comércio era conduzido em uma escala muito grande, os conquistadores manchus (que governaram a China até 1912) obtinham sua renda menos da apropriação de terras do que do controle da burocracia, dos aparelhos oficiais e dos impostos. *As fortunas verdadeiramente grandes vinham do cargo público e não da propriedade, e o Estado imperial se interessava em obstruir o crescimento da aristocracia agrária enquanto preservava a posse dos camponeses como fonte de impostos.* A aristocracia romana, pelo contrário, era uma classe de proprietários de terra no país e no exterior. Houve sociedades em que a riqueza vinda da terra foi um caminho para o cargo público lucrativo – como a França absolutista ou mesmo a altamente comercializada República Holandesa. Para os romanos, ao contrário, o cargo público era um caminho para a terra. Mesmo como administradores imperiais, eles se interessavam antes em pilhar a população local (oficial ou extraoficialmente), em grande parte com o objetivo de investir os lucros do cargo em terras. Apesar de esse interesse na terra não evitar que a aristocracia romana se envolvesse em aventuras comerciais de grande escala, a terra era a sua única fonte segura e constante de riqueza. Esse fato explica em grande parte a crueldade do seu imperialismo e militarismo” p. 36 (grifo meu).

feudo pessoal e embarcou na extração genocida e impiedosa das riquezas de região. O Império Britânico pode ter sido o primeiro a mobilizar os imperativos econômicos como instrumentos de imperialismo, talvez já no fim do século XVI, “[!]” mas também ele, como veremos no próximo capítulo, estabeleceria, mesmo bem mais tarde, o domínio colonial mais direto sobre império territorial, sobretudo na Índia. *Somente no século XX o imperialismo econômico se tornou suficientemente forte para abandonar as formas mais antigas de dominação colonial*” (p. 45 – itálico meu).

Em suma: quanto mais o capitalismo se desenvolve – isto é, quanto mais ele desenraiza a economia e consolida a coerção diretamente econômica – mais *velada* fica a dominação imperialista, e os suportes pré-capitalistas de dominação podem ser abandonados.

Nos capítulos 4 e 5 a autora discute as características do império britânico que, embora permeado pelas formas pré-capitalistas, foi o *primeiro* que “respondeu aos imperativos do capitalismo”. Na verdade, embora a autora destaque – de forma nem sempre feliz – algumas especificidades do império britânico, na prática, ela simplesmente retoma a sua famosa interpretação sobre a transição ao capitalismo, centrada na gestação do capitalismo agrário na Inglaterra que condicionou a industrialização originária. Esta foi a peculiaridade do imperialismo capitalista britânico:

“O capitalismo é movido exclusivamente por imperativos econômicos: de um lado, a falta de propriedade dos produtores, que os leva a vender sua força de trabalho em troca de salário, e, de outro, a sujeição dos apropriadores às compulsões do mercado que os obrigam a competir e acumular. Mas esses imperativos econômicos exigem força extraeconômica para serem implantados e sustentados. A transplantação dos imperativos econômicos da Inglaterra para seus territórios imperiais ocorreu inicialmente por meio de expropriação colonial e fundação de colônias pela força. *O efeito dos imperativos capitalistas que emanavam da sede do império foi, acima de tudo, o que distinguiu o imperialismo inglês de outros projetos coloniais; e, quaisquer que sejam os debates entre historiadores sobre a contribuição do império para o desenvolvimento do capitalismo britânico, parece indiscutível que o desenvolvimento do capitalismo determinou a forma do imperialismo britânico.*” (p. 75 – itálico meu)

Mas o papel do império britânico na generalização dos imperativos capitalistas não ficou restrito às suas colônias. O próprio sucesso da industrialização britânica alterou

as formas de rivalidade e *pressionou* seus rivais a promoverem transformações em um sentido capitalista.

No entanto, o “poder econômico” típico do capitalismo britânico acabou sucumbindo à força dos “velhos” objetivos geopolíticos e militares, fato que gestou a “Era Clássica” do imperialismo, isto é, a aguda rivalidade interimperialista que arrastou o mundo à primeira Guerra Mundial

“O mundo emergiu da guerra com algumas das maiores potências imperiais em frangalhos. Mas, se a era clássica do imperialismo terminou efetivamente em 1918, e se os Estados Unidos já mostravam sinais de que se tornariam o primeiro império verdadeiramente econômico (não, evidentemente, sem contar com muita força extraeconômica e com uma história de violência imperial direta), várias décadas se passariam antes que surgisse claramente uma nova forma de império, o que não se pode afirmar ter acontecido antes do final da Segunda Guerra Mundial” (p. 99).

A ascensão dos EUA – e o deslocamento do eixo anterior da rivalidade interimperialista para a competição contra o bloco socialista – colocou a *competição econômica* no primeiro plano, abrindo caminho para a preponderância de uma forma mais pura e desenvolvida de imperialismo capitalista.

O imperialismo capitalista estadunidense e a “globalização”

Depois desta incursão nas formas anteriores de dominação imperial, no capítulo 7, Ellen Wood discute as características do imperialismo contemporâneo e o papel dos EUA na ordem mundial contemporânea. Neste capítulo, assim como no prefácio à edição brasileira (e também no prefácio da edição de 2005) ela afirma categoricamente que o governo Bush e sua doutrina não representou nenhuma ruptura significativa no que diz respeito à política externa estadunidense. Com razão, ela sustenta que o projeto imperial dos EUA – e sua forma capitalista – já estavam claro nas negociações de Bretton Woods, bem como a sua preponderância militar ficou patente no uso das bombas nucleares contra o Japão em 1945. Desde então, Washington se viu envolvida em um esforço perene de manter uma clara superioridade militar, com o objetivo de dissuadir os potenciais rivais de reeditarem o tipo de rivalidade que marcou a era do imperialismo clássico. Logo, dentro dos moldes criados no pós-1945, a forma da rivalidade mudou pois, mesmo ameaçada

pela concorrência, a “potência capitalista avançada”, não pode simplesmente bloquear os rivais, como na disputa pelas rotas comerciais entre os antigos impérios, pois precisa penetrar nos seus mercados. “Assim, as potências capitalistas hegemônicas são obrigadas a encontrar novos meios de controlar seus aliados sem que esses minem o seu próprio poder econômico.”(12).¹⁰ Essa tem sido a política dos EUA: incorporar o maior número possível de mercados à sua órbita, preservando uma assimetria militar capaz de prender as demais potências a uma competição *predominantemente* econômica, deixando à Washington a maior parte das funções de controle e vigilância extraeconômica da economia global.

A partir daí, a autora dá outro passo, de fundamental importância: a crescente importância do Estado territorial para gerar e manter a “globalização”:

“Aqui, a alegação não é de que o poder do capital em condições de globalização tenha fugido ao controle estatal e tornado o Estado territorial cada vez mais irrelevante. Pelo contrário, meu argumento é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca para o capital, mesmo – ou especialmente – na sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre o poder econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta.” (p. 18)

E, mais à frente, uma passagem ainda mais elucidativa:

“O mundo hoje é mais do que nunca um mundo de Estados-nação. A *forma política da globalização* não é um Estado global, ou uma soberania global. A falta de correspondência entre a economia global e os Estados nacionais também não representa simplesmente algum tipo de atraso no desenvolvimento político. *A própria essência da globalização é uma economia global administrada por um sistema de Estados múltiplos e soberanias locais, estruturada numa relação complexa de dominação e subordinação*” (108 – itálico meu).

¹⁰ Em outra formulação: “A dominância imperial numa economia capitalista global exige um equilíbrio delicado e contraditório entre a supressão da concorrência e a manutenção, em economias concorrentes, das condições geradoras de mercados e lucros. Essa é uma das contradições mais fundamentais da nova ordem mundial” (p. 118). E, um pouco mais a frente: “A hegemonia imperial no mundo do capitalismo global significa, então, controlar economias e Estados rivais sem precisar guerrear com eles”.

É exatamente essa forma política da globalização que prende os EUA na luta incessante para preservar a sua vantagem militar que, entretanto, é *limitada* pela necessidade de contar com a participação de vários outros Estados Nacionais “para executar as funções administrativas e coercivas que sustentam o sistema de propriedade e oferecem o tipo de regularidade e previsibilidade diárias, bem como a ordem legal de que o capitalismo necessita mais do que qualquer outra forma social.”(p.107). Logo, é exatamente esta tensão que precisa ser administrada pelos EUA. Como a superioridade econômica dos EUA está sob ameaça, ficará progressivamente mais difícil realizar essa tarefa.

Há um último elemento importante a ser destacado. Esta forma política peculiar da globalização exige uma *nova* doutrina de coerção extraeconômica, *especificamente militar*, mas com algumas características peculiares. O seu fundamento é a capacidade de projetar poder em escala mundial. Porém, como não é possível exercer uma vigilância militar ativa a todo momento e em todo lugar (mesmo a máquina de guerra americana tem como limite teórico o engajamento em apenas duas guerras simultâneas), é necessário promover *exibições frequentes* de força militar, para reforçar o seu papel de guardião da ordem do capital. É conveniente também distribuir os custos, criando alianças como a OTAN, por exemplo, que criam a imagem falsa de uma ordem colegiada, ao mesmo tempo em que veda uma política de segurança comum realmente autônoma, por parte da Europa. Há mais uma sutileza no argumento de Ellen Wood: a noção de “guerra infinita”, a possibilidade do uso da força sem objetivos claros (i.é., o fim da “doutrina Powell) e a guerra preemptiva não são uma *aberração* mas, configuram exatamente o tipo adequado de resposta às *difusas* ameaças à ordem do capital, especialmente depois do colapso da URSS. Em outros termos: a doutrina Bush – e suas decorrências e reedições posteriores (que se reproduzem na administração Obama) - seria a expressão mais clara do tipo de militarismo correspondente à era da universalização de fato do capitalismo.

Comentários e críticas.

A “autonomização” da Economia

Esta temática é fundamental para pensar o capitalismo e sua forma peculiar de imperialismo. Porém, Ellen Wood tende a se perder, ao insistir em um formalismo despropositado, fundado na obsessão pela centralidade da Inglaterra na formação do capitalismo – ou melhor, como a única nação que gestou *internamente* as relações sociais de propriedade especificamente capitalistas.¹¹ Para tentar sustentar essa falácia, em terceira mão (o mentor desta peripécia – porém, de forma bastante sofisticada – é Perry Anderson, que foi seguido de forma muito menos competente por Robert Brenner, autor em que Ellen Wood se baseia), ela acaba recorrendo a uma definição de capitalismo estranha ao materialismo histórico. O tema é recorrente na sua obra, mas aparece com mais clareza em *O Império do Capital* na nota de rodapé anterior e, também, quando ela tenta desesperadamente provar porque a Holanda do século XVII não era “capitalista”:

“Esse grau sem precedentes de comercialização e a penetração das relações de comércio nas economias rural e urbana podem sugerir um capitalismo razoavelmente desenvolvido. Ainda assim a República Holandesa, de muitas formas fundamentais, operava de acordo com princípios familiares não capitalistas, acima de tudo na sua dependência dos poderes extraeconômicos de apropriação. Em particular, sua dominação comercial não foi conquistada à maneira de um empreendimento capitalista, em resposta a pressões de preço/custo num mercado competitivo em que a vantagem depende da produtividade crescente do trabalho. A supremacia holandesa, tal como a de impérios comerciais anteriores, dependeu em grande parte de vários tipos de superioridade extraeconômica, particularmente em navegação e tecnologia militar.” (p.57)

¹¹ Essa passagem é flagrante: “O desenvolvimento dos rivais da Grã-Bretanha, como Alemanha e França, foi movido por um mecanismo diferente daquele que moveu a ascensão do capitalismo britânico. Quando o capitalismo surgiu no campo inglês, a Inglaterra era sem dúvida parte do sistema comercial europeu e estava presa às mesmas rivalidades geopolíticas e militares dos seus vizinhos. *Mas ela se distinguia pelas relações sociais internas de propriedade que impeliam a partir de dentro o desenvolvimento econômico de maneiras específicas*; e a industrialização britânica foi movida pelos imperativos colocados em movimento pelo capitalismo agrário. *Em comparação, o desenvolvimento e a do capitalismo e da industrialização na França e na Alemanha respondeu mais às pressões externas do que internas*. A força motriz não veio das relações sociais internas de propriedade, impondo os imperativos capitalistas de competição, acumulação de capital e aumento da produtividade do trabalho, mas, pelo contrário, das mesmas rivalidades geopolíticas e militares – e de suas consequências comerciais -, que prevaleceram nas economias e nos Estados não capitalistas da Europa. *O que mudou não foram apenas as relações sociais alemãs e francesas no país, mas a natureza do desafio externo.*”(p. 94 – itálico meu)

Tenho minhas dúvidas que a marca do capitalismo seja a preponderância de empreendimentos que, sujeitos a mercados competitivos, sobrevivem graças às vantagens decorrentes da instauração de métodos de produção que elevam a produtividade do trabalho. Essa visão pode até corresponder ao micro-capitalismo agrário da Inglaterra, ou à auto-imagem da pequena burguesia francesa pré-1945, mas, de modo algum, corresponde ao capitalismo realmente existente, especialmente do capitalismo fundado no “imperialismo” capitalista e na centralização dos capitais. A autora cai desnecessariamente nessa armadilha ao empregar mal a ideia de autonomização da esfera econômica, à luz de uma idiossincrasia: a polêmica equivocada de Brenner contra Wallerstein, que ela incorpora, de forma confusa e despropositada.

Mas, a despeito disso, como já sugeri, tematizar o descolamento da economia das demais dimensões da realidade é fundamental para o argumento geral do livro, isto é, sobre a *peculiaridade* do imperialismo capitalista. Mas a importância desse procedimento para o materialismo histórico vai muito além disso. Em cada modo de produção uma esfera da existência social articula as demais: é a partir dela que se pode compreender a organização geral da sociedade. No capitalismo é, claramente, a dimensão *econômica* que articula as outras (e isso só é possível, exatamente, por se diferenciar das demais). Não por acaso, somente a partir do capitalismo foi possível desenvolver a noção de uma *ciência* da economia. E a trajetória da constituição da *dismal science* ilustra claramente as formas de consciência do sinuoso e lento *desenraizamento* da economia das outras dimensões da realidade social: sem isto, seria impossível sequer *conceber* a noção de economia e, portanto, muito menos chegar à noção de que a economia é dotada de lógica própria e que, supostamente, pode ser apreendida cientificamente, isolada das demais (aqui entra em cena o fetiche do economista, que Marx desmascarou). Logo, mesmo tendo como referência o capitalismo, não se pode dizer que a economia determina *diretamente* as outras esferas ou que, por exemplo, a política (ou a cultura) é simplesmente uma *emanação* da economia. Isso é corretamente salientado por Ellen Wood ao longo de sua obra. A *forma* como a economia articula as demais instâncias no capitalismo *redefine* a dimensão do político (algo que não

necessariamente é captado pela capciosa, noção de “determinação em última instância”). Na Antiguidade Clássica, por exemplo, *dominava claramente a Política*: a “economia” era um meio de existência que favorecia a reprodução de uma organização social cujos princípios de ordenamento *não* eram plenamente compatíveis com a *sociedade de mercado*. *Mutatis Mutandis*, o mesmo pode ser dito das sociedades “hidráulicas” (ou, em formulação mais próxima dos termos marxianos, baseadas no *modo de produção asiático*): eram os mecanismos de *redistribuição* organizados a partir de um poder central que davam coerência e articulação aos diversos setores que compunham a sociedade. O contraste com a sociedade feudal é, também, particularmente nítido. A “economia” em seu sentido formal não articula aquela sociedade. As aldeias tendiam à autossuficiência e, essencialmente, não obedeciam aos padrões impostos pelo mercado. O que as articulava eram relações de poder exercidas *diretamente* pela camada dominante, as quais eram percebidas originalmente como relações *pessoais e sagradas*.

Imperialismo Capitalista “clássico” e “Novo Imperialismo”

O ponto mais débil do livro diz respeito à diferenciação entre a fase “clássica” e do imperialismo capitalista e a fase atual, qualificada por vezes como “novo imperialismo”. Fazendo uma rápida – e bastante imprecisa – alusão a Lênin e a Rosa Luxemburgo, Ellen Wood sustenta que a grande peculiaridade da fase “clássica” do imperialismo é que, embora avançado em algumas *partes* do mundo (i.é., países), o capitalismo *estava longe de ser um “sistema econômico verdadeiramente global”* e que, provavelmente, *desapareceria antes de conseguir se difundir pelo mundo todo*. Logo, as teorias clássicas do imperialismo (i.é. “de Lênin a Mao”!) acabaram desviando o antigo foco marxiano das “operações internas das economias capitalistas avançadas para as relações externas do capitalismo.” (p. 97-8). E, em sua opinião, esta característica geral possibilitava criar uma base comum às diversas interpretações:

“Apesar dos profundos desacordos entre os teóricos marxistas clássicos do imperialismo, eles tinham em comum uma premissa fundamental: que o imperialismo estava relacionado com a localização do capitalismo num

mundo que não era, e aparentemente nunca seria, completamente, nem mesmo, predominantemente capitalista”. (p.98).

Hoje, aparentemente, o cenário mudou, mas ainda não existe nenhuma *teoria sistemática* do capitalismo, criada “para um mundo em que as relações internacionais sejam internas ao capitalismo e governadas por imperativos capitalistas.” O motivo: este é um desenvolvimento muito recente. Apesar de suas várias tergiversações nesta questão, ela sugere que a universalização do capitalismo ocorreu depois do colapso da URSS e a integração da Rússia ao “capitalismo”.

Acho muito difícil sustentar esse raciocínio. Em primeiro lugar, porque o critério capitalismo mais ou menos universal/desenvolvido é bastante questionável, e descamba para a noção burguesa de “empreendimento capitalista” pautado pela eficiência no mercado, que comentei a pouco. O segundo ponto, é que essa visão não faz justiça ao que as interpretações clássicas – Lênin e Rosa, pelo menos - *ainda* tem a dizer sobre o período contemporâneo. O ponto a ser destacado é o *sentido* básico da afirmação de Lênin de que imperialismo *expressa* a “etapa” superior do capitalismo: a *base* do processo é intensificação da socialização da produção, posta em marcha pela tendência à concentração e centralização de capitais, *que se associa necessariamente à concentração do poder do Estado*, fundindo deste modo a rivalidade política à econômica, gerando um mecanismo de retroalimentação, onde a monopolização crescente eleva a magnitude e a escala da concorrência *intercapitalista e interestatal* que, por sua vez, alimenta a tensão entre o caráter privado da apropriação do produto social e o caráter coletivo da produção. Ou seja: a interpretação proposta por Ellen Wood não discrepa fundamentalmente do quadro geral proposto por Lênin. Se o capitalismo é mais ou menos universal não muda essencialmente os termos da questão.

Mesmo discordando da ideia de que países possuam “capitalismos”, é possível situar o problema nos seguintes termos: na grande fase de rivalidade geral compreendida ente, grosso modo, entre 1890-1945 *nada* garantia de antemão a vitória do “capitalismo americano” sobre os seus concorrentes. Contudo, só estavam no páreo as potências que conseguiram combinar de forma *eficaz* a centralização

dos capitais com a concentração de poder estatal. No entanto, por conta da heterogeneidade das forças sociais, as formas específicas de combinação eram bastante variadas. Além disto, o cambiante jogo de alianças entre as potências e suas áreas de influência gerava ainda mais heterogeneidade. Mas o fato é que, no final, ao derrotar a Alemanha e o Japão, o “capitalismo americano” preponderou e foi o principal referencial na *remodelação* do bloco capitalista e, indiretamente, ao ditar os termos gerais da “Guerra Fria”, limitou enormemente o grau de atuação da União Soviética que, desde a década de 1920, se distanciava cada vez mais do internacionalismo socialista de base revolucionária. Como a noção de desenvolvimento das forças produtivas (mesmo que, de forma fantasiosa, travestida de projetos “nacionais”) era *universal* – era a base dos “desenvolvimentismos” terceiro-mundistas, o objetivo dos países socialistas e das potências médias - o capitalismo *impôs* as suas formas de sociabilidade à esmagadora maioria da humanidade, *destruindo* as formas de vida paralelas ou isoladas do mercado. Neste sentido, capitalismo e imperialismo convivem e se reforçam mutuamente.

Recebido em 30/6/2014